

14 DE JUNHO É DIA DE GREVE GERAL CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O Governo Bolsonaro e seus seguidores no Congresso Nacional querem aplicar um novo golpe contra a população ao defender a Reforma da Previdência como a salvação para a crise econômica do País.

Trata-se de mais uma mentira deslavada para satisfazer os interesses de grandes corporações e de bancos e para penalizar os trabalhadores e suas famílias. Essas mudanças querem destruir o sistema de seguridade social existente em nosso país. Por esse motivo, a mobilização da sociedade é fundamental para evitar que o texto apresentado seja barrado.

Victor Martins/Divulgação



Milhares de pessoas foram às ruas de Santos protestar contra o Governo Federal no dia 15 de maio

Mudanças não combatem privilégios

Militares ficaram de fora dessa reforma e suas filhas vão continuar com pensão cinco vezes maior do que a do INSS

Idade mínima obrigatória de 65 anos (homem) e 62 (mulher) acabará com a chance de aposentadoria dos mais pobres

Só receberá aposentadoria integral quem contribuir por 40 anos e benefício será calculado pela média de todas as contribuições

OIT: capitalização falhou em 60% dos países que mudaram Previdência

Um estudo publicado no ano passado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que 60% dos países que adotaram o sistema de capitalização para a Previdência tiveram problemas e chegaram a conclusão que esse modelo fracassou.

Esse modelo que provocou impactos sociais e econômicos

negativos nessas nações é defendido pelo Governo Bolsonaro e precisa ser rejeitado pelo povo. O sistema de capitalização é como uma poupança pessoal do trabalhador, sem contribuição patronal e da União para garantir o pagamento dos benefícios.

Nesses países, o valor das aposentadorias e pensões ficaram abaixo dos 40% do salário-base de

cada trabalhador após 30 anos de contribuição e o número de pessoas cobertas pela Previdência caiu.

Além disso, ainda segundo a análise da OIT, o sistema de capitalização contribuiu para o aumento da desigualdade de renda, o que é inaceitável, e compromete principalmente as famílias de baixa renda e classe média baixa.

Pela 2ª vez, mobilização dos sindicatos, entidades e trabalhadores consegue barrar aprovação da MP do Saneamento

Todo o esforço da Diretoria do Sintius e dos trabalhadores do saneamento da Baixada Santista e do Vale do Ribeira para barrar a aprovação da Medida Provisória (MP) 868/2018, que buscava alterar o marco regulatório do setor, valeu a pena.

O texto, que precisava ser apreciado pelo Congresso Nacional até o dia 3 de junho, não foi votado e caducou. Durante a Copa do Mundo de 2018, o ex-presidente Michel Temer havia enviado uma proposta do gênero, mas a união de esforços impediu a votação do texto, que perdeu validade.

Desde o início de 2018, o Sindicato e outras entidades iniciaram um trabalho de articulação política junto



Divulgação

Sindicato participou de vários atos públicos, como da imagem acima, na Assembleia Legislativa aos representantes das prefeituras, câmaras municipais, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional para barrar essa iniciativa, batizada de a "MP da Sede e da Conta Alta".

Nos últimos meses, o Sintius promoveu várias mobilizações e participou de inúmeras reuniões com

a categoria e com as autoridades para explicar o retrocesso social que seria causado, caso essa MP fosse aprovada.

Agora já está prevista a terceira batalha, que é o projeto de lei de mesmo teor. A luta continuará para evitar a penalização da população.